

HABEAS CORPUS Nº 502.576 - RS (2019/0095906-6)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : RONALDO ANDRE STENGE PAVAO E OUTRO
ADVOGADOS : RONALDO ANDRÉ STENGE PAVÃO - RS053421
JAIR DA VEIGA FILHO - RS090907
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CARLOS ALEXANDRE LAWRENZ MACIEL (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar em **habeas corpus** impetrado em benefício de CARLOS ALEXANDRE LAWRENZ MACIEL, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**, no qual postula o impetrante em síntese, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

No caso em tela, **ao menos em sede de apreciação sumária**, tenho que o acórdão que decretou a prisão preventiva do ora paciente (fls. 137-138) está suficientemente fundamentado, com a indicação da existência nos autos de circunstâncias ensejadoras da custódia cautelar, notadamente pelo fundado receio de reiteração delitiva.

Por oportuno, transcrevo trecho do acórdão que decretou a prisão preventiva em desfavor do paciente:

"Assim, verifica-se que sua identificação, bem como aemais informações a serem colhidas são imprescindíveis para o prosseguimento da investigação policial.

Ademais, verifica-se que o representado possui considerável folha criminal de antecedentes pela prática de delitos na região.

Compulsando os autos, verifica-se a efetiva necessidade da segregação cautelar de Carlos Alexandre Lawrenz Maciel, para garantia da ordem pública, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

O fumus comissi delicti é evidenciado a partir do registro de ocorrência policial, e em especial das investigações policiais, bem como das denúncias anônimas.

Em relação ao periculum libertatis, o denunciado possui extensa

ficha criminal, vindo a possuir inúmeros processos e antecedentes criminais, o crime em cerne é de altíssima gravidade, bem como sua conduta é de extrema audácia e destemor de confronto com o poder público" (fl. 138, grifei).

Sobre o tema, colaciono o seguinte precedente desta eg. Corte

Superior:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIMES DOS ARTIGOS 16, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 10.826/2003; E 180, DO CÓDIGO PENAL. RÉUS CONDENADOS. NEGATIVA DE APELO EM LIBERDADE. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO CRIMINOSA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA EM RELAÇÃO AO APENADO JOSÉ IURI.

CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO, APENAS PARA AJUSTAR A SEGREGAÇÃO CAUTELAR AO REGIME FIXADO NA SENTENÇA.

1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. A jurisprudência deste Superior Tribunal firmou entendimento de que não há constrangimento ilegal quando a prisão preventiva é decretada para garantia da ordem pública diante da possibilidade de reiteração criminosa.

3. A custódia cautelar do recorrente W. L. B. de O. foi decretada para evitar a reiteração da prática criminosa e, assim garantir a ordem pública, haja vista tratar-se de acusado com histórico de prática delitiva. 4. Quanto ao pedido de revogação da custódia antecipada de J. I. O. de Q., constata-se que tal questão não foi objeto de julgamento pelo Tribunal a quo, no acórdão ora impugnado, visto tratar-se, na origem, de reiteração de pedido, o que impede seu conhecimento por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância, consoante pacífico entendimento desta Corte.

5. Verifica-se, de ofício, que o Superior Tribunal de Justiça, alinhando-se ao entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, tem admitido a adequação da segregação provisória ao regime fixado na sentença condenatória.

6. Recurso em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. Ordem concedida, de

ofício, apenas para que os recorrentes aguardem o julgamento de eventual apelação no regime fixado na sentença, salvo se por outro motivo estiverem presos em regime diverso" (RHC 57.394/CE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 09/06/2017)

Não há que se falar, portanto, **em princípio**, em ilegalidade da prisão. Assim, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada neste juízo meramente perfunctório, razão pela qual **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator